



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Mesa coordenada **Teoria marxista da dependência: a categoria superexploração da força de trabalho e sua atualidade.**

DEPENDÊNCIA E SUPEREXPLORAÇÃO NA HISTÓRIA E ATUALIDADE DA AMÉRICA LATINA

Renata Couto Moreira¹

Resumo: Resgatamos as ideias da Teoria Marxista da Dependência desde o contexto sociopolítico e econômico em que surgiram, assim como na dialética do método no desenvolvimento da teoria e na transformação da realidade social. Evidenciamos a categoria superexploração no centro dos processos atuais de dominância dos capitais fictícios e retomada da polarização entre as classes sociais. No entanto, diferente dos anos 1960, a hegemonia do capital e o processo de alienação do trabalho hoje encontram-se globalizados e a utopia socialista perdida. O que reforçam a dialética dependência-superexploração e aumentam a muralha à organização dos trabalhadores enquanto classe revolucionária, ampliando a necessidade de uma práxis reflexiva e crítica que desnude o específico da luta de classes na América Latina.

Palavras-chave: Dependência; Superexploração; Luta de classes; América Latina.

Abstract: We rescued the ideas of Marxist Theory of Dependence from the social-politic and economic context that they emerged, as well as in the dialectics of the method in the development of theory and the social transformation of reality. We evidence superexploitation category in the center of current process of dominance of fictitious capital and resumption of polarization between social classes. However, different from the 1960s, capital's hegemony and the estrangement process of labor nowadays globalized and the socialist utopia lost. What reinforces the dialectics dependence-superexploitation and increase the great wall to organization of workers as a revolutionary class, expanding the necessity of a reflexive and critical praxis that disrobing the specific of class struggle in Latin America.

Keywords: Dependence; Superexploitation; Class struggle; Latin America.

Introdução

O debate teórico em torno da dependência surge na década de 1960, no bojo das indagações sobre as razões do desenvolvimento dos países em geral e do subdesenvolvimento da América Latina em especial. As agendas de pesquisa começaram a se colocar de forma mais sistemática por teóricos preocupados com a essência desse fenômeno em contraposição às teses fundadas na “falta de desenvolvimento” ou “atraso”. O subdesenvolvimento defendido em uma perspectiva de “atraso relativo” de certas economias nacionais, passa então a ser questionado pelos teóricos críticos à ideia de continuidade, de etapas a serem alcançadas, que a visão

¹ Professora do Departamento de Economia e da Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do Grupo de Estudos Marxistas da Dependência - Coletivo Anatólia de Melo (registrado no diretórios de grupos do CNPq e vinculado ao grupo de trabalho da TMD da Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP). E-mail: <renata.moreira@ufes.br>.

hegemônica clássica de Rostow (1978) exibia. Rompiam também com o subdesenvolvimento tratado como na ideia de Lewis (1954) do dualismo entre uma sociedade de subsistência e sua transição a uma sociedade capitalista desenvolvida, naturalizada como o “auge” da sociedade humana. A crítica se estendeu às teses apoiadas na identidade entre desenvolvimento econômico e as modernas teorias do crescimento, pautadas no modelo matemático de Solow (MOREIRA, 2009).

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) estabeleceu-se a partir de um arcabouço teórico e empírico de análise, com objetivo de superação das limitações de duas grandes vertentes de interpretação do desenvolvimento da América Latina que se desdobram a partir das primeiras críticas à visão do subdesenvolvimento e do desenvolvimento como etapas distintas de um mesmo processo (BAMBIRRA, 1977). Tratavam-se das teorizações que passavam a afirmar o desenvolvimento enquanto algo a mais que somente o crescimento econômico. De um lado estava a crítica dos marxistas, que dão bases de sustentação das teses de muitos Partidos Comunistas da época, e de outro, a crítica dos estruturalistas, cuja pesquisa tomarão corpo com o estabelecimento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ambas, no entanto, se alinhavam na possibilidade de um desenvolvimento nacional e autônomo para os países da América Latina. A primeira pela aliança de classes entre trabalhadores e burgueses em defesa de um projeto nacionalista, e a segunda, pela burguesia industrial e as políticas desenvolvimentistas guiadas pelo Estado via planejamento nacional.

Em um contexto de crise estrutural na América Latina dos anos 1960, manifesta em suas várias dimensões econômica, política e social, a crítica marxista do subdesenvolvimento e dependência terá como antecedentes teóricos as teses sobre o imperialismo de Lênin, Rosa Luxemburgo, Hilferding e Bujarin, assim como sobre a situação colonial de Marx e Engels. A partir do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em sua totalidade, o texto seminal de Gunder Frank (1967) propunha uma inversão na lógica da relação entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento econômico. Para o autor, o subdesenvolvimento dos países da América Latina se dava, ao contrário das perspectivas anteriores, justamente determinado pelo desenvolvimento do capitalismo mundial, e não pela falta ou por uma deformação dele.

Gunder Frank (1967) fundamenta sua argumentação na ideia primeira de desenvolvimento do subdesenvolvimento, por meio do estabelecimento das relações de dependência, de forma que o desenvolvimento do capitalismo acaba em última instância, por aprofundar o controle e domínio do capital estrangeiro nas economias subdesenvolvidas, em uma associação com a burguesia nacional submetida enquanto uma “sócia menor”. O subdesenvolvimento passa assim, a ser explicado enquanto forma de ser da economia dependente enquanto parte constituinte do capitalismo global, do processo real de produção e reprodução do capital nos países latino-americanos. O capitalismo dependente na periferia do sistema, nesta perspectiva, está na própria base econômica de sustentação do desenvolvimento capitalista como um todo e da dominação imperialista do centro hegemônico.

Com os golpes militares no continente e o rompimento do desenvolvimento capitalista com a democracia burguesa nas ditaduras latino-americanas, estabelece-se a crise do caráter da dependência. Dividida entre os processos revolucionários e as intervenções militares ditatoriais nos anos 1960 e 1970 na América Latina, a Revolução Cubana de 1959 surge como um grande exemplo de esperança para os intelectuais como viabilidade do socialismo. Em um contexto de ruptura econômica entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e cheio de conflitos da guerra fria, Bambirra (1977) atenta para o novo padrão de acumulação do capital que se estabelece no mundo em geral, e nos regimes de exceção no continente.

O novo ciclo de acumulação imperialista passa então pelos investimentos estrangeiros diretos das empresas multinacionais nos países subdesenvolvidos, à exportação de bens de capital e intermediários visando a incorporação destas economias à sociedade industrial. Assim como à exportação direta de capitais e de financiamentos via o Fundo Monetário Internacional (FMI), vinculados a condicionantes com objetivos de contenção da inflação e dar segurança aos investimentos estrangeiros. Este período consistiu no auge da formulação da ideologia nacionalista nos países latino-americanos, e no Brasil desde o governo Kubitshek com os estudos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), mas ao mesmo tempo, em um novo modelo de acumulação de capital incompatível com a democracia.

Os professores Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bamberra, Luiz Fernando Victor, Teodoro Lamounier, Albertino Rodriguez e Perseu Abramo organizaram seus primeiros estudos sobre a teoria da dependência (TD) em Brasília no início dos anos 1960, em um curso permanente de leitura d'O Capital, como resgata Nogueira (2012). Assim, aplicavam o método para a análise do desenvolvimento histórico e transformação da realidade latino-americana. Com o exílio no Chile de muitos intelectuais latino-americanos, propiciou-se um intercâmbio intelectual em meio ao governo da Unidade Popular de Salvador Allende (1970-73). Foi um momento de intenso debate e constituição de instituições para desenvolver um pensamento latino-americano, como a CEPAL e o Instituto Latinoamericano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (ILPES) da ONU, assim como outros centros universitários como a faculdade de economia da Universidade do Chile no Centro de Estudos Socioeconomicos (CESO).

As novas experiências político-sociais vividas no bojo das mudanças estruturais promovidas no Chile, como a reforma agrária e as novas relações com o capital estrangeiro via a exploração do cobre, frutificavam os estudos e análises a partir das necessidades concretas apresentadas pela dinâmica complexa do curso da transição pacífica ao socialismo experimentada nos primeiros anos do governo Allende. Neste bojo, destaquemos o conjunto de seminários e pesquisas sobre imperialismo e dependência dirigidos por Theotônio dos Santos no CESO que geraram um fecundo ambiente de diálogo, ainda mais enriquecido com a chegada de Gunder Frank e Marini (BAMBIRRA, 1977). Será um momento marcado pela intensa relação entre os teóricos da dependência e o programa da Unidade Popular para o Chile.

Este fundamentava-se em três eixos principais dentro da leitura da dependência e seus desdobramentos no plano das ações políticas, quais sejam, terminar com a dominação oligárquica-imperialista que exprimia a aliança entre as burguesias estrangeiras imperialistas e as nacionais pró-imperialistas. Nacionalizar as grandes empresas monopólicas industriais mineradoras e agrícolas. E a reafirmar o projeto socialista enquanto viabilidade no enfrentamento da dominação imperialista. A relação da TMD com a luta de classes na América Latina já nasce assim, imbricada desde sua origem, no seio da contradição capital-trabalho e sua forma-conteúdo determinada pela relação de dependência.

Com a dispersão do grupo após o golpe militar no Chile em 1973, viriam muitos dos autores a se reencontrar no México, onde o auge da TMD ainda teria um maior desenvolvimento entre os professores exilados na Universidad Nacional Autónoma de Mexico (UNAM), foco de resistência do pensamento livre, científico e crítico. Perguntando ao professor Theotônio dos Santos, como eles conseguiam criar um pensamento tão genuinamente latino-americano, nos surpreendemos com sua resposta enquanto militantes políticos de que “era nossa única opção, as condições do momento nos forçaram...”. O cenário da América Latina era devastador, com os avanços do imperialismo e a polarização da guerra fria. Estes intelectuais tornavam-se leituras fundamentais nos processos de formação política de militantes de muitas organizações e movimentos sociais, como a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Assim expressa Gioconda Belli na passagem de seu livro “O país sob minha pele: memórias de amor e guerra” em suas recordações de Manágua, em 1973:

Ler, estudar, era uma exigência militante na qual me empenhava. Devorava a literatura rebelde da América Latina nessa época: livros do Che, os tupamaros, a teoria da dependência de Ruy Mauro Marini, e também Lucács e suas teses sobre a ética, os debates sobre o compromisso da arte, as propostas de Freire sobre educação para a libertação. (BELLI, 2002, p.89)

É nesta perspectiva, não somente teórica, mas da *práxis* revolucionária, que resgatamos as ideias da Teoria Marxista da Dependência (TMD) desde o contexto sociopolítico e econômico em que surgiram os primeiros debates, como um momento importante da história das ideias da nossa região, como formula Nogueira (2012). E também na dialética do método e do desenvolvimento do próprio método na agenda da TMD. Trazendo o debate das categorias dentro dos processos atuais que vivemos, com a retomada da polarização entre as classes e forças sociais no continente, dos golpes de estado e dos processos bolivarianos de revoluções.

Pontuamos ainda a necessidade de uma revitalização das categorias de análise dos processos durante a crise dos anos 1980 até a mundialização financeira do capitalismo, no estabelecimento de um novo padrão de acumulação e de dependência sob o jugo da ideologia neoliberal. No entanto, diferente dos anos 1960, a hegemonia do capital e o processo de alienação hoje encontram-se globalizados e a utopia socialista vencida com o desmoronamento do bloco soviético, do muro de Berlim e das crises nas revoluções cubana e chinesa. O que impõe barreiras ainda maiores à organização dos trabalhadores enquanto classe revolucionária, e amplia a necessidade de uma *práxis* auto

reflexiva e crítica que desnude os processos específicos da luta de classes na América Latina.

Sobre o método e a superexploração na TMD

Como o próprio método materialista-histórico-dialético nos propõe, tudo está em movimento, em desenvolvimento e em mudança, inclusive o próprio método e suas categorias de análise. Em meio a um contexto com possibilidades não somente teóricas, mas de real concreção, é que nos reportamos aos estudos da TMD sobre a superexploração da força de trabalho e a luta de classes na América Latina, ontem e hoje. Entendida enquanto categoria por Ruy Mauro Marini (2005), defendemos a necessidade e atualidade da categoria superexploração na apreensão da realidade em um nível mais concreto do processo de acumulação capitalista latino-americano.

É preciso destacar a partir das considerações de Marini (2005), que não se trata da substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, questões apresentadas por muitas análises que findaram por romper a relação entre a dialética concreto-abstrato, ou por se perder em descrições empíricas que se desenvolveram completamente em paralelo ao discurso teórico. Tampouco da adulteração do conceito frente a uma realidade “rebelde” em que vários enfoques metodológicos e teóricos se misturam caindo em um ecletismo e em uma falta de rigor conceitual. Ao contrário, a proposição dos autores da TMD em torno da dialética subdesenvolvimento-dependência-superexploração se alinha no sentido de enriquecer o marxismo e não de negá-lo enquanto método. Nem de negar o capitalismo enquanto modo de produção hegemônico. Mas ao mesmo tempo reconhecendo suas possibilidades de desenvolvimento e desdobramentos a partir da sua aplicação nas diversas realidades, também em movimento permanente.

Nesta perspectiva de análise, o subdesenvolvimento da América Latina não se apresenta como um conjunto de “insuficiências” ou “deformações”, e sim como uma forma *sui generis* de desenvolvimento do moderno capitalismo industrial na região. Assim como a categoria superexploração só faz sentido se considerada em seu rigor conceitual como a forma-conteúdo das determinações do processo de produção, acumulação e apropriação de valor, concreta e historicamente determinada na América Latina. Isto é, constitui uma relação social *sui generis* do processo de apropriação e acumulação de valor, cuja principal característica é a compensação das transferências de

valores da periferia ao centro do capitalismo mundial pelo pagamento da força de trabalho sistematicamente abaixo de seu valor de produção e reprodução, articulada à depressão permanente deste valor ao longo do tempo de vida, cada vez mais curto, do trabalhador. Enquanto categoria, carrega toda uma mudança qualitativa na relação social de produção estruturada, e não apenas quantitativa no grau de exploração. Combina os mecanismos de extração da mais valia pelo prolongamento e intensificação da jornada de trabalho, com a expropriação de parte do trabalho socialmente necessário para sua reprodução enquanto classe (MARINI, 2005). Mais do que uma simples oscilação conjuntural dos preços de uma mercadoria em torno de seu valor, trata-se da situação em que o preço permanece, para um amplo conjunto de trabalhadores, sistematicamente abaixo do valor de produção e reprodução da força de trabalho, negando sua própria existência humana.

É importante salientar que para nós, não se trata de transgredir a lei do valor, mas sim de reconhecer que no capitalismo a lei do valor impõe-se através da oscilação dos preços em torno do valor, do trabalho socialmente necessário, e de modo que o valor total seja igual ao acréscimo decorrente da utilização da força de trabalho expressado no somatório dos preços das mercadorias. Portanto, a tradição marxista da TD respondeu e responde de forma crítica às teses progressistas e liberais colocadas em debate desde aqueles tempos remotos, mas que se reproduz nos discursos neoliberais atuais. Em ambos os momentos nossa América Latina encontra-se convulsionada e em busca de caminhos próprios. Nesta perspectiva, não é possível compreender a categoria superexploração da força de trabalho dissociada do momento em que as nações latino-americanas, inseridas em processos de lutas independentes, porém articulados às exigências de cada reconfiguração do padrão de acumulação do capitalismo global e da divisão internacional do trabalho no pós II Guerra Mundial e suas relações de dependência e subordinação com os centros capitalistas, sob a hegemonia do imperialismo dos EUA.

Portanto, concordamos com Bambirra (1977) ao destacar à TMD o *status* de teoria. Tanto na coerência e sistematização que atinge na formulação teórica e empírica, como no compromisso que estabelece vínculo umbilical com a transformação da realidade. Esta proposição deixa claro também, que não se trata de um novo modo de produção do tipo “capitalista dependente”, mas a teorização do estudo das formações

socioeconômicas capitalistas dependentes, da aplicação do método marxista à realidade latino-americana. Articulando o pensamento auto reflexivo a este nível de abstração mais baixo, desnuda os mecanismos da dialética dependência/supereexploração, e ao mesmo tempo, desenvolve o próprio método em sua dinâmica materialista-histórico-dialética própria.

A práxis revolucionária como apreensão da coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade humana, tem como finalidade última não a interpretação desta realidade, mas a transformação do mundo. Os homens aparecem como produtores de suas representações, como homens reais em seu processo histórico real de vida como discutem Marx e Engels (2009) na polêmica entre o materialismo e o idealismo na ideologia alemã. Na concepção filosófica da ciência defendida pelos autores, são os homens que desenvolvem sua produção material de vida e, ao mesmo tempo, são determinados por ela. Ao mudarem a sua realidade material, mudam também seu pensamento e os produtos do seu pensamento, sublimações também necessárias ao processo de vida material.

Portanto, destacamos as conclusões dos autores em oposição à filosofia alemã, “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2009, P.32). O ser humano nesta perspectiva, enquanto produto social tem determinação dentro de uma forma de sociedade em sua realidade e no conjunto de suas relações sociais. Ao contrário da compreensão da essência humana apenas como uma generalidade interna, que une muitos indivíduos abstratos, isolados, de um modo “natural” como pressuposto no materialismo contemplativo, alvo de crítica dos autores.

As contradições entre a essência e a aparência dos processos necessariamente apreendida em sua totalidade devem ser desnudadas pelo materialismo histórico dialético, em que o ponto de partida se coloca na sociedade burguesa real, no entanto o ponto de chegada está posto na “humanidade socializada” (MARX; ENGELS, 2009, P.126). E nesta perspectiva, a aplicação do método marxista na realidade da América Latina implica necessariamente o comprometimento com a transformação desta realidade, e com a superação da dialética do desenvolvimento-subdesenvolvimento e da dependência-supereexploração do desenvolvimento desigual e combinado da generalização e financeirização do capitalismo mundial. Assim como de suas

especificidades na expropriação dos territórios e da força de trabalho dos povos latino-americanos.

A partir da dependência que passamos a entender o que se determinará no curso do subdesenvolvimento ulterior de toda região, em relação dialética com o desenvolvimento das outras regiões. A dialética subdesenvolvimento-dependência é entendida assim, dentro dos marcos que estabelece no desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção contidas nos limites para assegurar a reprodução ampliada do capital em sua totalidade, e da própria dependência em sua especificidade. O mecanismo da dependência, que só pode gerar mais dependência, e da dialética desenvolvimento/subdesenvolvimento, em diálogo com André Gunder Frank (1967), conduz à implicações políticas importantes e mudanças qualitativas específicas aos processos econômicos e na luta de classes na América Latina.

Desde estas bases apontamos a atualidade da TMD nas apreensões das funções econômicas que cumpre a América Latina no mercado mundial, e seus desdobramentos nos planos políticos e da luta pela transformação social. Retomando historicamente a revolução industrial na Europa e sua relação com a independência política de várias colônias latino-americanas no século XIX como apresenta Marini (2005), o estabelecimento dos laços de dependência econômica com o imperialismo inglês foi determinado e esteve na determinação das lutas pela independência no continente e a formação social dos países capitalistas dependentes. Estes, ao serem incorporados ao mercado mundial, funcionaram em última instância para o aumento dos fluxos de mercadorias, de capitais e financeiros para a América Latina.

O autor demarca a dependência enquanto uma “relação de subordinação entre nações formalmente dependentes” (MARINI, 2005, p. 141), de forma que as relações de produção são recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Marini diferencia assim, a situação colonial da dependência, distinguindo sua concepção da de Gunder Frank. Considera que há uma continuidade nos processos, mas que não são homogêneos apresentando uma mudança de qualidade nos processos de acumulação do capital. Desta forma, Marini (2005) destaca a funcionalidade da América Latina na oferta mundial de alimentos e matérias primas industriais no mercado mundial, e revela o caráter contraditório da dependência. Para a possibilidade de responder com uma mudança qualitativa na exploração da força de trabalho frente ao acirramento da luta de

classes nos países desenvolvidos, a superexploração dos trabalhadores latino-americanos viabiliza o aumento do grau de exploração dos trabalhadores europeus e estadunidenses pela mais-valia relativa. Ou seja, pela desvalorização real da força de trabalho nos países centrais.

A exportação de bens primários é evidenciada como o centro vital do processo de acumulação, mesmo durante os processos de industrialização por substituição de importações na América Latina. Assim, ao contrário das teses da falta, ou insuficiência do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, os estudos em torno da TMD evidenciaram as especificidades do padrão de produção baseado na superexploração, e do modo de circulação próprios na base da reprodução do subdesenvolvimento e da dependência. Para Marini (2005), o ciclo do capital na economia dependente cria seu modo próprio de circulação, separando os dois momentos fundamentais, a produção da circulação das mercadorias. Ao deslocar a realização das mercadorias para o mercado externo, a especialização primário exportadora das economias latino-americanas separa o produtor do consumidor. O consumo individual dos trabalhadores não aparece nesta situação, como elemento decisivo para o fluxo da circulação e demanda das mercadorias, a partir de que o autor compreende a superexploração do trabalhador na América Latina em uma relação dialética com a essência da dependência.

Neste sentido, a industrialização e o desenvolvimento do subdesenvolvimento das economias latino-americanas não criam sua própria demanda, nascendo para atender uma demanda já existente dos países imperialistas. O valor das manufaturas produzidas pela industrialização dependente, calcada nos setores que produzem bens de consumo duráveis principalmente, restritos ao consumo das classes médias e altas da burguesia nacional, não determina o valor da força de trabalho. A produção se dará, portanto, independente das condições de salário dos trabalhadores, o que abre caminho para a depreciação crescente da força de trabalho e aumento da mais-valia pela superexploração (MARINI, 2005).

Theotônio dos Santos (2012) relacionou ainda a superexploração aos mecanismos de transferência de valores da periferia ao centro constituído pelos investimentos estrangeiros diretos nos países dependentes. As remessas de lucros e pagamento de juros da conta de capital do balanço de pagamentos de economias dependentes da América Latina estão na conta do livre controle e estímulo dos

investimentos das empresas multinacionais, e hoje das grandes corporações oligopolizadas, sobre seus territórios. Em seu pensamento, a economia submetida perde ainda o controle sobre suas decisões de produção, sobre grandes setores estratégicos e sobre suas fontes de recursos naturais. Cria em consequência, um déficit estrutural cada vez mais insustentável em seu balanço de pagamentos que tenta resolver ampliando a quantidade de exportações de produtos primários e minerais. Aprofunda assim a sua própria dependência, nas esferas tecnológica e financeira.

Dependência e luta de classes na América Latina

O afluxo de investimentos diretos estrangeiros nos países dependentes da América Latina estabelece-se assim como eficiente mecanismo de compensação às quedas das taxas de lucro do capital em suas crises globais. A saída que o capitalismo contemporâneo vem adotando para a crise, acaba por aprofundar sua própria crise existencial. Desde que, reestabelece os lucros do capital concentrando e centralizando cada vez mais capital na esfera financeira, com dominância dos capitais fictícios. Para tanto, o sistema precisa aprofundar os processos de superexploração da classe trabalhadora latino-americana, que se dá concomitantemente à ampliação da concentração de terras e depredação dos recursos naturais.

As consequências do desenvolvimento do capitalismo agrário exportador em um país subdesenvolvido examinadas por Astarita (2010) mostram como a produção de cereais e oleaginosas na Argentina no século XXI aprofundou o desenvolvimento das relações capitalistas de produção na agricultura, tendo como consequências a proletarização crescente dos camponeses e a polarização entre as classes sociais. Destacamos que o desenvolvimento capitalista e da classe trabalhadora assalariada nos países subdesenvolvidos como discutido pelo autor, são compreendidos não como produtos de uma ofensiva recolonizadora, nem pelo fortalecimento de uma velha oligarquia. Ao contrário, como a própria generalização das relações capitalistas em nível mundial, trazendo novamente para o foco o papel primário exportador que cumprem os países da América Latina na divisão internacional do trabalho. O autor relaciona assim a expressão das relações de subordinação e dependência com o fluxo transnacional de capitais e o estoque de investimentos estrangeiros diretos no país, com destaque à crescente aquisição de terras por empresas estrangeiras desde a crise dos anos 1980.

Em análise da carteira de investimentos de grandes empresas transnacionais com atuação nos mercados de commodities agrícolas e minerais, Astarita (2010) evidencia as aquisições e fusões de empresas nos complexos agroalimentares, e de grandes fundos de investimentos em terras cultivadas nos países subdesenvolvidos. Mostrando o movimento dos grandes investidores internacionais comprando cada vez mais ativos físicos, de terras a refinarias, associa a realização de parte dos lucros pela especulação nos mercados financeiros em derivativos da produção e na própria determinação dos preços das commodities.

Pelos dados organizados pela GRAIN Organização Internacional em 2012 pudemos evidenciar a expansão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil. Pelo relatório, somaram um total de 2,9 milhões de ha de terras no Brasil adquiridos por pessoas jurídicas estrangeiras. Destas terras, 65,4% são controlados por empresas do agronegócio e agroindústria, e 30,9% já encontram-se sob controle de empresas do setor financeiro, somando um total de 907 mil ha. Evidenciamos assim, a imbricação entre os capitais aplicados nos setores financeiro e primário-exportador.

As maiores aquisições de terras do setor financeiro publicadas no relatório foram realizadas pelo *Teachers Insurance and Annuity Association College Retirement Equities Fund* (TIAA-CREF), de retiro nos EUA, que adquiriu 424 mil ha de terras agrícolas brasileiras para produção de soja e cana de açúcar pelo montante de US\$1.24 bilhão. Os investimentos em terras desse fundo são realizados através de uma malha bastante complexa de relações entre e intra companhias (neste caso ocorreu por meio de uma companhia de conglomerados chamada “Mansilla”, que por sua vez investe via fundo de terras agrícolas “Radar Propriedades Agrícolas” na compra de terras para conversão em canaviais e plantações de soja, ou mesmo para especulação).

O TIAA-CREF possui 81,1% de propriedade do fundo Radar, no entanto o relatório da GRAIN deixa claro que o controle principal é da COSAN, empresa brasileira proprietária de todas as ações restantes, a maior produtora de açúcar no Brasil, e uma das principais do mundo. Pelas informações de 2015 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento sobre as principais empresas que controlam a agricultura no Brasil, estima-se que menos de 50 grandes corporações transnacionais detenham o controle majoritário da produção de sementes, insumos, produção e distribuição de alimentos no mundo. A COSAN aparece no ranking como a terceira

maior empresa em termos de receita líquida, avaliada em R\$39 bilhões, e com lucro líquido no ano de R\$292 milhões. Desde o final de 2010 comprando terras no Brasil, o fundo Radar projeta ainda a aquisição de mais terras na América Latina e demonstra publicamente seu interesse em aumentar a participação da COSAN na companhia, principalmente depois da sua importante aliança na produção de etanol com a Shell, no setor estratégico de energia.

Desta forma, podemos compreender o movimento contraditório e subalterno das classes dominantes nos países dependentes, quando se organizam para eliminar qualquer barreira legal ao fluxo estrangeiro de capitais que entram rumo aos investimentos em terras agrícolas e setores estratégicos da economia como os de energia e mineração, mesmo que aguçando com isso ainda mais a dialética subdesenvolvimento-dependência. Levam às últimas consequências as contradições inerentes ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo global, que ao aprofundar a concorrência, tira do jogo os produtores mais débeis e aumenta a concentração de capital e terras sob o controle de fundos financeiros e grandes oligopólios internacionais.

A criação decadente de “valor novo” é produzida pelo declínio relativo do trabalho vivo colocado em movimento com a concentração e centralização do capital aplicado. Esta polarização com acumulação de capital na esfera financeira, por seu turno, destrói as próprias bases de reprodução social do capital como um todo. Estabelecemos nestes termos a análise do avanço dos grandes capitais internacionais sobre os países dependentes e o aprofundamento da dependência em sua essência, na superexploração do trabalhador na América Latina.

Encerra-se assim o dilema da luta de classes no Brasil e sua relação com a luta pela terra. Esta deixa de apresentar um caráter reformista das reformas agrárias clássicas implementadas nos processos de revolução burguesa, e passa a ter um forte caráter revolucionário de contraposição aos mecanismos de poder e exploração estabelecidos no capitalismo dependente. Frente à resistência sociopática à mudanças das classes dominantes como caracterizada por Florestan Fernandes (1972), coloca-se uma muralha para os processos autônomos de desenvolvimento do capitalismo dependente culminando em revoluções dentro da ordem burguesa. Dado o desinteresse das classes dominantes de completarem esta via de mudanças, em negação às expectativas dos

partidos comunistas e nacional-desenvolvimentistas, assim como de qualquer alteração do *status quo* em que se inserem relativamente de forma privilegiada, resta ainda a possibilidade de soluções do tipo socialistas. Para tanto, as transformações necessárias se dariam ainda pelo autor, nos marcos da combinação tática de ações que esgotem todos os limites dos movimentos da revolução dentro da ordem burguesa, com ações de subversão da revolução contra a ordem, como estratégia de emancipação e desafio para a classe trabalhadora.

Referências

- ASTARITA, R. **Economía política de la dependência y el subdesarrollo; tipo de cambio y renta agraria em la Argentina**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2010.
- BAMBIRRA, Vânia. **La teoria de la dependência: uma anticrítica**. México: Coletivo Amauta, 1977.
- BELLI, Gioconda. **O país sob minha pele: memórias de amor e guerra**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DOS SANTOS, Theotonio. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Biblioteca Ayacucho de Clásicos Políticos da América Latina; Banco Central de Venezuela, 2012.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- FRANK, Andre Gunder. El desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico**, Habana, n. 7, p. 158-72, ago. 1967.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). **Rui Mauro Marini vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MOREIRA, Renata C. **Desigualdade, crescimento econômico e armadilhas da pobreza no Brasil: 1996 a 2007**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)-Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

